ANAIS DO
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME III

LXVI
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula

SÃO PAULO — BRASIL
1976

VINTE E CINCO ANOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE O ENSINO. (São José do Rio Preto (SP). 1950-1974) (*).

NILCE APPARECIDA LODI
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, SP.

INTRODUÇÃO.

Há muitos anos venho colecionando as leis sancionadas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, relativas a educação e ensino. O que me induziu à procura desses documentos foi a intenção de publicar um ÍNDICE (1) das mesmas, intenção que nasceu da dificuldade que tive, ao pretender estudar a História das Instituições de Ensino Riopretenses. Não encontrei guias, repertórios que me conduzissem de modo certo e seguro aos fundamentos legais daquelas instituições. Encontrei apenas, e deles me vali, dos livros de Leis e Decretos, originais, pertencentes aos Arquivos da citada Prefeitura e gentilmente colocados à minha disposição, para estudo.

Reuni no presente trabalho, leis e decretos em ordem cronológica, em complementação ao anteriormente publicado nos Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (1950-1974).

1950 — Lei nº 120, de 15 de março.
Autoriza a aquisição de terreno para a construção do 7º Grupo Escolar de São José do Rio Preto. 1

(*) — Comunicação apresentada na 2ª Sessão de Estudos, Equipe F, no dia 5 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

(1) — Indice Básico da legislação Municipal referente à Educação em São José do Rio Preto (SP), publicado nos ANAIS do Simposio Nacional dos Professores Universitários de História. Volume III. São Paulo, 1973. Pags. 547-573.

— Lei nº 121, de 17 de abril.
Abre crédito especial para exposição de pintura e desenho.
— Lei nº 136, de 10 de julho.
Abre crédito especial para aquisição de livros infentis. 3
1950 — Lei nº 153, de 18 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1951. Fixa a Receita e a Despesa Geral em Cr$ 12.200.000,00. Destina Cr$ 450.810,00 à despesas com Educação e Cultura. 4
1951 — Lei nº 168, de 3 de junho.
Concede auxílio para a construção da Escola da Fazenda de São Pedro. 5
— Lei nº 157 de 4 de abril.
Autoriza auxílios à entidades diversas, entre as quais, grupos escolares, colégios e cursos. 6
— Lei nº 192, de 6 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1952. Receita e Despesa: Cr$ 14.000.000,00. Fixa em Cr$ 1.106.900,00 as despesas com Educação e Cultura. 7
1952 — Lei nº 210, de 21 de março.
Concede auxílio à entidades. 8
— Lei nº 216, de 8 de abril.
Dispõe sobre auxílio às Caixas Escolares dos Grupos da cidade. 9
— Lei nº 225, de 21 de maio
Institui prêmio para conferência estudantil 10
— Lei nº 235, de 10 de junho.
Concede auxílio à Biblioteca do Centro Estudantil Rui Barbosa" (CERB). 11
— Lei nº 248, de 25 de agosto.
Abre crédito especial para edição de livro sobre São José do Rio Preto. 12
— Lei nº 251, de 6 de setembro.
— Cria bolsa de estudos universitários. 13
— Lei nº 253, de 7 de outubro.
Abre crédito especial para aquisição de livros. 14
— Lei nº 257, de 10 de outubro.
Institui 33 prêmios anuais, em dinheiro, para serem distribuidos aos "Melhores Estudantes" classificados pela Comissão de Apuração Final. 15
— Lei nº 259, de 10 de outubro.
Considera de utilidade pública o Conservatório Municipal de São José do Rio Preto. 16

— Lei nº 265, de 9 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício financeiro de 1953 Orça a Receita e fixa a Despesa em Cr$ 22.000.000,00. Fixa em Cr$ 2.977.800,00 as despesas com Educação e Cultura. 17

1953 — Lei nº 275, de 18 de fevereiro.
Concede auxílio a entidades educacionais 18
— Lei nº 284, de 20 de abril.
Autoriza construção de galpão para o 7º Grupo Escolar
— Lei nº 285, de 5 de maio. 19
Autoriza pagamento do contrato de aluguel da sala anexa ao 3º Grupo Escolar. 20
— Lei nº 297, de 19 de setembro.
Abre crédito especial para aquisição de livres. 21
— Lei nº 316, de 15 de dezembro.
Lei orçamentária para 1954. Orça a Receita e fixa a Despesa em Crg 29.000.000,00. Destina Cr$ 1.490.200,00 à Educação e Cultura. 22

1954 — Lei nº 323, de 13 de março.
Concede 24 bolsas de estudos: 6 para o curso primário, 4 para o 1º ciclo do curso secundário ou equivalente, 5 para o 2º ciclo e 9 para cursos superiores. 23
— Lei nº 331, de 2 de abril
Concede auxílio à entidades educacionais. 24
— Lei nº 344, de 12 de abril
Contrata serviços de escolas artísticas. 25
— Lei nº 364, de 26 de outubro.
Modifica a redação da Lei 257/72, sobre Prêmios aos "Melhores Estudantes".
— Lei nº 374, de 7 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1955. Receita e Despesa fixada em Cr$ 34.000.000,00. Destina à Educação e Cultura, Cr$ 2.397.800,00. 27

1955 — Lei nº 394, de 26 de maio.
Cria a Universidade Municipal de São José do Rio Preto.
— Decreto nº 241, de 8 de junho. 28
Nomeia o Conselho Geral da Universidade Municipal.
— Lei nº 405, de 9 de agosto. 29
Concede auxílios à entidades educacionais. 30
— Decreto nº 249, de 25 de agosto
Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 31

— Lei nº 483, de 16 de dezembro.
Lei Orçamentária para o exercício de 1956. Fixa Receita e Despesa em Cr$ 40.000.000,00. Destina à Educação e Cultura a importância de Cr$ 3.594.433,40 32

1956 — Lei nº 449, de 17 de agosto.
Institui exposição de desenho e pintura. 33

— Lei nº 453, de 30 de agosto.
Cria cargos para a Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras. 34

— Lei nº 454, de 30 de agosto
Abre crédito especial para instalação da Escola Artezanal e o Instituto Adolfo Lutz. 35

— Lei nº 487, de 15 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1957
Receita e Despesa: Cr$ 77.500.000,00.
Despesas com Educação e Cultura: Cr$ 6.091.980,00. 36

— Lei nº 488, de 29 de dezembro
Concede auxílio e subvenção à entidades. 37

1957 — Lei nº 515, de 20 de setembro.
Cria o Museu Municipal. 38

— Lei nº 516, de 24 de setembro.
Autoriza doação de terreno ao SENAC. 39

— Lei nº 520, de 2 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1958. Fixa a Receita e a Despesa em Cr$ 97.600.000,00. Destina à Educação e Cultura: Cr$ 7.037.400,00. 40

1958 — Lei nº 537, de 13 de maio.
Doa terreno para construção de Ginásio. 41

— Lei nº 542, de 25 de junho.
Autoriza doação, ao Estado, do Patrimônio da Faculdade de Filosofia da Universidade Municipal. 42

— Lei nº 546, de 2 de julho.
Autoriza obras de reforma do Grupo Escolar Ezequiel Ramos. 43

— Lei nº 566, de 10 de novembro.
Autoriza contrato para reforma do Grupo Escolar de Borboleta. 44

— Lei nº 567, de 10 de novembro. 44
Autoriza contrato para reforma do Grupo Escolar "Dr. Cenobelino de Barros Serra". 45

— Lei nº 571, de 11 de novembro.
"Cria o Recanto Infantil "Chapeuzinho Vermelho". 46

— Lei nº 576, de 6 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1959.
Receita e Despesa: Cr$ 117.000.000,00.
Despesas com Educação e Cultura: Cr$ 8.186.020,00 47
— Decreto nº 398, de 8 de dezembro.
Discrimina despesas orçamentárias. 48

1959 — Lei nº 582, de 11 de fevereiro.
Concede subvenção à F.F.C.L. 49
— Lei nº 596, de 29 de julho
Autoriza despesas de Exposição histórico-religiosa. 50
— Lei nº 598, de 26 de agosto.
Doa terreno para construção do 5º Grupo Escolar. 51
— Lei nº 599, de 26 de agosto.
Doa terreno para construção do 5º Grupo Escolar. 52
— Lei nº 603, de 29 de outubro.
Doa terreno para construção de um Grupo Escolar em Engenheiro Schmidt. 53
— Lei nº 625, de 20 de novembro.
Doa terreno ao SENAI para construção de escola. 54
— Lei nº 627, de 11 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1960. Fixa a Receita e a Despesa em Cr$ 162.000.000,00. Destina à Educação e Cultura: Cr$ 10.396.990,00 55
— Decreto nº 430, de 11 de dezembro.
Discrimina as despesas orçamentárias. 56

1960 — Lei nº 650, de 10 de março.
Doa terreno para construção do 7º Grupo Escolar. 57
— Lei nº 655, de 18 de março. Adquire prédios, terrenos, móveis e utensílios da Associação Espírita Alan Kardek, destinando-os à F.F.C.L. 58
— Lei nº 671, de 2 de junho. Declara de utilidade pública o Centro Acadêmico da F.F.C.L. 58 a.
— Lei nº 673, de 3 de junho.
Doa terreno para construção do 8º Grupo Escolar. 59
— Lei 686, de 22 de junho.
Autoriza construção de sala, para funcionamento de uma escola, no loteamento Hipódromo. 60
— Lei nº 706, de 19 de outubro.
Autoriza alienação do terreno para construção do Grupo Escolar "Cardeal Leme". 60 a.
— Lei nº 708, de 21 de outubro
Obriga a reserva de 100.000 ms2, em todo loteamento para construção de escolas. 61

Discrimina as despesas orçamenárias. 64
Autoriza a concessão de bolsas de estudo. 62
— Lei nº 723, de 13 de dezembro. Lei orçamentária para o exercício de 1961. Receita: Cr$ 200.598.000,00 e Despesa: Cr$ 266.414.000,00. Destina à Educação e Cultura: Cr$ 12.688.726,00. 63
— Decreto nº 481, de 13 de dezembro.
Discrimina as despesas orçamentárias. 64

1961 — Lei nº 748, de 5 de maio. Cria Semana do Livro e da Biblioteca Municipal. 65
— Lei nº 755, de 24 de junho.

Cria o Conselho Municipal de Difusão Cultural. 66
— Lei nº 775, de 21 de setembro.
Doa terreno para construção do 7º Grupo Escolar. 67
— Lei nº 781, de 3 de outubro.
Cria o Conselho Municipal de Ensino. 68
— Lei nº 797, de 11 de dezembro.
Lei orçamentária para 1962. Fixa a Receita e a Despesa, respectivamente, em Cr$ 365.000.000,00. Destina à Educação e Cultura, Cr$ 21.649.159,00. 69
— Decreto nº 523, de 11 de dezembro.
Discrimina as despesas orçamentárias. 70

1962 — Lei nº 811, de 21 de março.
Autoriza conceder, no corrente exercício, bolsas de estudo. 71
— Lei nº 824, de 25 de abril
Institui o prêmio "9 de julho" destinado aos melhores escolares. 72
— Lei nº 871, de 23 de outubro.
Doa terreno para construção do 11º Grupo Escolar. 73
— Lei nº 878, de 13 de novembro.
Mantem o art. 8º da Lei nº 876/62. 74
— Lei nº 880, de 16 de novembro.
Autoriza aquisição de móveis e livros para a Biblioteca Pública Municipal. 75
— Lei nº 888, de 10 de dezembro.
Lei orçamentária para a exercício de 1963. Orça a Receita em Cr$ 593.200.000,00 e a Despesa é fixada em Cr$ 640.873.200,00. Destina à Educação e Cultura a importância de Cr$ 33.040.600,00. 76
— Decreto nº 576, de 10 de dezembro.
Discrimina as despesas orçamentárias. 77

1963 — Lei nº 897, de 8 de fevereiro.
Prorroga o prazo para entrada de requerimentos de bolsas escolares. 78
— Lei nº 906, de 12 de março.
Concede auxílio ao Curso Científico do Colégio "Santo André". 79
— Lei nº 932, de 24 de maio.
Autoriza a aquisição de um aparelho projetor de "slides" para o Instituto de Educação Estadual. 80
— Lei nº 950, de 19 de setembro.
Autoriza a construção de um Parque Infantil em Engenheiro Schmidt. 81
— Lei nº 958, de 21 de outubro.
Contribui com 40 milhões de cruzeiros para a construção da Faculdade de Medicina local. 82

— Lei nº 970, de 18 de novembro.
Doa terreno ao Ministério da Educação e Cultura. 83
— Lei nº 974, de 21 de novembro.
Doa Cr$ 300,00 à Cadeira de Mineralogia e Petrologia da Faculdade de Filosofia local. 84
— Lei nº 979, de 10 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício financeiro de 1964
Orça a Receita em Cr$ 989.063.000,00.
Fixa a Despesa Geral em Cr$ 1.287.250.600,00.
Destina à Educação e Cultura: Cr$ 95.585.080,00. 85
— Decreto nº 627, de 10 de dezembro.
Discrimina as despesas orçamentárias. 86

1964 — Lei nº 994, de 20 de maio.
Altera a Lei 970/63, que doa terreno ao MEC. 87
— Lei nº 1.038, de 14 de setembro.
Cria o Ginásio do Parque Industrial. 88
— Lei nº 1.040, de 19 de setembro.
Doa terreno para construção da Escola Industrial. 89
— Lei nº 1.044, de 23 de setembro.
Doa terreno para construção da Faculdade de Filosofia, Cincias e Letras.
— Lei nº 1.049, de 22 de outubro. 90
Doa terreno para construção do Instituto de Educação 91
— Lei nº 1.052, de 16 de novembro.
Revoga a Lei nº 871/62, que doa terreno. 92
— Lei nº 1.055, de 16 de dezembro.
Doa terreno para construção do 11º Grupo Escolar. 93

— Lei nº 1.066, de 9 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1965. Orça a Receita em Cr$ 1.734.478.000,00 e fixa a despesa em Cr$ 2.913.091.701,00. Destina Cr$ 114.684.210,00 à Educação e Cultura. 94

1965 — Lei nº 1.108, de 16 de agosto.
Cria sete Recantos Infantís. 95

— Lei nº 1.125, de 5 de outubro.
Autoriza convênio para construção do Teatro Municipal. 96

— Lei nº 1.130, de 18 de novembro.
Institui prêmio-incentivo aos Melhores Alunos do Curso primário, ginasial e comercial. 97

— Lei nº 1.132, de 19 de outubro.
Oficializa as Feiras de Ciências. 98

— Lei nº 1.148, de 13 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1966. Orça a Receita em Cr$ 3.275.000,00 e fixa em Cr$ 4.483.000,00 a despesa geral. Destina Cr$ 193.474,143 à Educação e Cultura. 99

1966 — Lei nº 1.165, de 1º de março.
Autoriza receber aparelhos para o Recanto Infantil. 100

— Lei nº 1.168, de 10 de março.
Abre crédito especial para início das obras do Teatro Muncipal. 101

— Lei nº 1.196, de 25 de maio.
Doa terreno para construção do 12º Grupo Escolar. 102

— Lei nº 1.197, de 25 de maio.
Doa terreno para construção do 13º Grupo Escolar. 103

— Lei nº 1.1929, de 25 de maio.
Doa terreno para construção do Ginásio da Vila Redentora. 104

— Lei nº 1.200, de 26 de maio.
Cria a Faculdade de Engenharia. 105

— Lei nº 1.204, de 14 de junho.
Denomina: "Conselho Municipal de Educação" o Conselho Municipal de Ensino. 106

— Lei nº 1.214, de 5 de julho.
Amplia o prazo para construção do Instituto de Educação. 107

— Lei nº 1.248, de 7 de dezembro.
Lei Orçamentária para o exercício de 1967. Orça a Receita em Cr$ 6.409.173,00 e fixa em Cr$ 7.344.720,411 a despesa geral. Destina Cr$ 396.922,096 às despesas de Educação e Cultura. 108

— Lei nº 1.256, de 19 de novembro.
Institui a Semana Municipal de Cultura. 109

-1967 — Lei nº 1.265, de 13 de fevereiro.
Cria Concurso Literário-histórico. 110

— Lei nº 1.266, de 13 de fevereiro.
Cria Concurso Literário-histó.ico. 111

— Lei nº 1.267, de 14 de fevereiro.
Cria a Biblioteca Pública da Boa Vista. 112

— Lei nº 1.272, de 15 de abril.
Institui a F.R.E.S.A. 113

— Lei nº 1.277, de 17 de maio.
Cria a Escola de Artes Plásticas. 114

— Lei º 1.278, de 22 de maio.
Cria o Museu de Arte Contemporânea. 115.

1967 — Lei nº 1.294, de 24 de junho.
Autoriza o convênio para construção do Grupo Escolar do Parque Estorial. 116

— Lei nº 1.295, de 24 de junho.
Autoriza convênio para construção do Ginásio da Vila Ercília. 117

— Lei nº 1.295, de 24 de junho.
Autoriza convênio para construção do Grupo Escolar do Jardim Urano. 118

— Lei nº 1.297, de 24 de junho.
Auto.iza convênio para construção do Grupo Escolar da Vila São Jorge. 119

— Lei nº 1.300, de 11 de junho
Autoriza convênio para construção do Pluricurricular do Colégio Estadual "Alberto Andaló". 120

— Lei nº 1.317, de 7 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício financeiro de 1968 Orça a Receita e a Despesa em Cr$ 7.500.000,00. Destina Cr$ 673.370,32 às despesas da Educação e Cultura. 121

1968 — Lei nº 1.328, de 11 de março.
Instituti "Salão de Arte Contemporânea" 122

— Lei nº 1.329, de 12 de março.
Institui a Feira Agro-científica. 123

— Lei nº 1.345, de 27 de junho.
Doa terreno para construção do Ginásio Vocacional. 124

— Lei nº 1.350, de 20 de agosto.
Doa terreno para construção do Ginásio Estadual da Vila Redentora. 125

— Lei nº 1.360, de 8 de outubro.
Autoriza convênio para conservação de prédios escolares. 126
— Lei nº 1.375, de 6 de dezembro.
Cria tres Recantos Infantís. 127
— Lei nº 1.376, de 6 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício financeiro de 1969 Orça a Receita em Cr$ 9.700.000,00 e em Cr$11.979.992,80 a Despesa geral. Destina Cr$ 960.075,04 às despesas com Educação e Cultura. 128
— Decreto nº 887, de 6 de dezembro.
Descrimina das despesas orçamentárias 129

1969 — Lei nº 1.393, de 1º de março.
Estabelece contribuição ao Setor Regional da Merenda Escolar. 130

— Lei nº 1.395, de 28 de março.
Cria o Setor Municipal da Alimentação Escolar. 131
— Lei nº 1.396, de 2 de abril.
Abre crédito especial para construção do Grupo Escolar da Vila São Jorge. 132
— Lei nº 1.398, de 10 de abril.
Abre crédito especial para reforma do Grupo Escolar "Cardeal Leme". 133
— Lei nº 1.406, de 23 de maio.
Abre crédito especial para melhoramentos em Grupos Escolares. 134
— Lei nº 1.407, de 23 de maio.
Abre crédito especial para construção do Grupo Escolar da Vila Redentora. 135
— Lei nº 1.419, de 9 de sentembro.
Autoriza convênio para construção de duas quadras de esporte. 136
— Lei nº 1421, de 10 de setembro.
Estabelece convênio com o SESI, para funcionamento de um Centro Educacional. 137
— Decreto nº 958, de 29 de setembro.
Aprova quadro de recursos e de ampliação de Capital, no montante de NC$ 30.597.645,14, correspondente às despesas de Capital, discriminadas no Plano Plurianual de Investimentos, para o período de 1970 a 1972.

Atribui à Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Promoção Social: 1970 — C$ 1.360.000,00
1871 — 1.361.000,00
1972 — 1.910.000,00
TOTAL — C$ 4.630.000,00 138

— Lei nº 1.442, de 9 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1970.
Receita geral: NC$ 15.218.400,00
Despesa geral: NC$ 17.439.913,09
Destina às despesas com Educação e Cultura: NC$2.232.913,65 139

— Decreto nº 969, de 9 de dezembro.
Discrimina as despesas orçamentárias. 140

1970 — Lei nº 1.458, de 5 de março.
Autoriza convênio com o Serviço Social de Industria, SESI, visando à manutenção e funcionamento de um Centro Educacional. 141

— Lei nº 1.459, de 5 de março.
Doa terreno ao FECE, para construção do Grupo do Jardim Soraya. 142

— Lei nº 1.460, de 5 de março.
Concede auxílio de Cr$ 17.531,00 à Associação Literária "Santo André". 143

— Lei nº 1.473, de 6 de julho.
Doa terreno ao Centro do Professorado Paulista para construção da sede regional. 144

— Lei nº 1.510, de 2 de dezembro.
Homologa convênio entre Prefeitura Municipal e MOBRAL. 145

— Lei nº 1.517, de 10 de dezembro.
Celebra convênio com a Fundação Regional do Ensino Superior — FRESA. 146

— Lei nº 1.518, de 11 de dezembro.
Celebra convênio visando intensificação com o Centro Comunidade — Escola. 147

— Lei nº 1.522, de 15 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício financeiro de 1971. Estima a Receita em C$ 19.804.120,00 e fixa a Despesa em C$ 22.150.742,28. Destina C$3.330.827,00 às despesas com Educação e Cultura. 148

— Lei nº 1.523, de 15 de dezembro
Dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimento relativo ao triênio de 1971 a 1973, nos têrmos do art.

23 da Lei 4.320, de 17/3/1964 e do Ato Complementar nº 43, de 29-1-1969.

ano:	Programas com Educação e Cultura	Total de Aplicação de Capital
1971 —	Cr$ 1.620.000,00	Cr$ 11.646.936,46
1972	1.900.000,00	13.370.175,48
1973 —	1.950.000,00	12.572.175,66
TOTAL —	Cr$ 5.470.000,00	Cr$ 37.589.287,60

— Lei nº 1.524, de 15 de dezembro. 149
Abre crédito de Cr$ 110.000,00, para aquisição de veículo para o Setor do Ensino de 1º grau. 150

— Decreto nº 1.035, de 23 de dezembro.
Dispõe sobre a execução da despesa orçamentária para o exercício de 1971, de que trata a Lei nº 1.522, de 15-12-1970. Anexo nº 7, Secretária Municipal Educação, Saúde e Promoção Social. 151

1971 — Lei nº 1.535, de 4 de março.
Denomina de "Dr. Yvan Fleury Meirelles", o Município Escola de São José do Rio Preto. 152

— Lei nº 1.536, de 10 de março.
Celebra convênio para prosseguimento das atividades do Município Escola. 153

— Lei nº 1.543, de 2 de abril.
Autoriza a Prefeitura Municipal a proceder reformas e ampliações em prédios destinados ao Ensino Primário. 154

1971 — Lei nº 1.547, de 15 de abril.
Firma convênio com a Fundação Nacional de Material Escolar, FENAME. 155

— Lei nº 1.548, de 20 de abril.
Homologa convênio entre a Prefeitura Municipal e o MOBRAL. 156

— Lei nº 1.549, de 26 de abril.
Autoriza convênio entre a Prefeitura Municipal e o Instituto Nacional do Livro. 157

— Lei nº 1.560, de 22 de junho.
Celebra convênio com o Serviço Federal de Urbanismo: SERFHAU. 158

— Lei nº 1.567 — Lei de 5 de julho.
Doa terreno ao Centro do Professorado Paulista e à Associação dos Viajantes. 159

1971 — Lei nº 1.568, de 9 de julho.
Doa ao Colégio "São José" a quadro "2" do Jardim Santa Catarina para construção de um Centro Social Esportivo. 160

— Lei nº 1.574, de 13 de agosto.
Concede crédito de Cr$ 50.000,00 à FRESA. 161

— Lei nº 1.582, de 3 de setembro.
Cede prédio sito à rua São João nº 1.765, ao Instituto Riopretense de Ensino e Cultura. 162

— Lei nº 1.586, de 16 de setembro.
Doa terreno na rua Fé, para o Estado construir prédio escolar. 163

— Lei nº 1.587, de 20 de setembro.
Modifica o item II, da Lei 1.135: aumenta o limite de idade para concurso de ingresso ao cargo de professor. 164

— Lei nº 1.597, de 11 de novembro.
Autoriza auxílio de Cr$ 1.500,00 ao Diretório Acadêmico Filosofia da F.F.C.L. local. 165

— Lei nº 1.598, de 16 de novembro .
Autoriza o Sr. Prefeito a ceder, em comodato, pelo prazozo de cinco anos ao Instituto Riopretense de Ensino e Cultura, um prédio pertencente ao Patrimônio municipal. 166

— Lei nº 1.606, de 15 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1972.
Estima a Receita em Cr$ 23.820.135,00 e fixa a Despesa em Cr$ 25.756.216,68. Destina Cr$ 4.175.694,21 às despesas com Educação e Cultura. 167

1971 — Lei nº 1.607, de 15 de dezembro.
Dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos, relativo ao Triênio de 1972 a 1974, nos termos do art. 23, da Lei 4.320 de 17-3-1964 e do Ato Complementar nº 43, de 29-1-1969.

Ano	Programas com Educação e Cultura	Total da Aplicação de Capital
1972	Cr$ 1.180.000,00	Cr$ 12.147.237,75
1973	Cr$ 1.150.000,00	Cr$ 9.277.237,75
1974	Cr$ 1.150.000,00	Cr$ 9.277.237,75
TOTAL	Cr$ 3.480.000,00	Cr$ 30.701.713,25

— Lei nº 1.612, de 29 de dezembro. 168
Autoriza a Prefeitura Municipal a doar até 50.000 m2 ao SESC, para construção de Centro Social Esportivo. 169

— Decreto nº 1.121, de 15 de dezembro.
Dispõe sobre a execução da despesa orçamentária para o exercício de 1972. 170

1972 — Lei nº 1.632, de 3 de abril.
Autoriza a Prefeitura Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Educação do Governo de São Paulo, para instalação de salas de aula. 171

— Lei nº 1.637, de 12 de abril.
Autoriza o Prefeito Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo, visando instalação de novas classes de 1º série do 2º grau, em estabelecimentos escolares do ensino oficial, localizados no Município, pelo período de três anos. 172

— Lei nº 1.664, de 15 de novembro.
Autoriza a Prefeitura Municipal a ceder, por empréstimo, à Sociedade Assistencial de Educação e Cultura (SAEC) — 700 m2 paralepípedos. 173

— Lei nº 1.669, de 9 de outubro.
Autoriza a doação de terreno para construção de um conjunto assistencial e educacional. 174

— Lei nº 1.675, de 31 de outubro.
Doa terreno ao Instituto Social "Santo Antonio". 175

— Lei nº 1.667, de 31 de outubro.
Doa terreno ao Estado para construção do Colégio Estadual "Prof. Francisco Purita". 176

— Lei nº 1.686, de 13 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1973.
Estima a Receita em Cr$ 28.527.881,81 e igual a importância é fixada para a Despesa Geral. Atribui às despesas com Educação e Cultura, Cr$ 4.356.542,61. 177

1972 — Lei nº 1.691, de 20 de dezembro.
Prorroga prazo para cessão de imóveis ao SESI, para funcionamento de Centros Educacionais. 178

— Lei nº 1.698, de 21 de dezembro.
Doa terreno às seguintes entidades: Associação Regional Odontológica, Associação dos Servidores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Diretório Acadêmico "24 de agosto". 179

— Lei nº 1.700, dezembro.
Concede auxílio de Cr$ 30.000,00 à FRESA. 180

— Decreto nº 1.268, de 13 de dezembro.
Dispõe sobre a execução da despesa orçamentária. 181

1973 — Lei nº 1.740, de 2 de julho.
Autoriza a Prefeitura Municipal a alienar, por doação, terreno à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). 182

— Lei nº 1.743, de 16 de agosto.
Revoga em todos os termos a Lei municipal nº 1.447, de 15-12-1969, que autoriza a Prefeitura Municipal a ceder, mensalmente, à Delegacia Regional de Ensino de São José do Rio Preto, 400 litros de gasolina. 183

— Lei nº 1.745, de 16 de agosto.
Declara de utilidade pública, para os devidos fins, a Associação de Servidores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. 184

— Lei nº 1.758, de 4 de outubro.
Autoriza a Prefeitura Municipal a doar à Fundação Líbero Badaró, imóveis destinados à construção de prédio para uma instituição de ensino. 185

— Lei nº 1.759, de 17 de outubro.
Declara de utilidade pública, o Centro Comunidade Escola de Rio Preto. 186

— Lei nº 1.777, de 18 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício de 1974. Receita e Despesa, respectivamente: Cr$ 45.279.149,10. Destina à Educação e Cultura: Cr$ 6.886.556,60. 187

— Decreto nº 1.443, de 18 de dezembro.
Dispõe sobre a execução da Despesa Orçamentária para o exercício de 1974, de que trata a Lei 1.777, de 18 de dezembro de 1973. 188

— Lei nº 1.778, de 18 de dezembro.
Dispõe sobre o orçamento Plurianual de Investimentos, relativos ao triênio de 1974 a 1976, nos termos do art. 23, da Lei 4.320, de 17-3-64 e Ato Complementar nº 43, de 29-1-69.

ano	Programa com Educação e Cultura	Total de Aplicação de Capital
1974	Cr$ 2.155.000,00	Cr$ 17.791.000,00
1975	Cr$ 4.265.000,00	Cr$ 23.674.946,00
1976	Cr$ 5.248.000,00	Cr$ 27.723.762,07
Total	Cr$ 11.668.000,00	Cr$ 69.189.708,07

1974 — Lei nº 1.784, de 6 de fevereiro. 189
Autoriza a Prefeitura Municipal a celebrar convnio com o Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo visando a complementação das obras do Teatro Municipal de São José do Rio Preto. 190.

— Lei nº 1.788, de 11 de março.
Firma convênio com a Companhia Nacional de Alimentação Escolar, para execução do Programa de Educação e Assistência Alimentar. 191
— Lei nº 1.795, de 28 de março.
Cria o Conselho Municipal de Ensino Superior de São José do Rio Preto. 192
— Lei nº 1.796, de 2 de abril.
Firma convênio com a FRESA, mantenedora da Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto. 193
— Lei nº 1.797, de 3 de abril.
Firma convênio com a Secretaria da Educação para instalação de novas classes de 1º série do Segundo Grau, no município. 194
— Lei nº 1.803, de 25 de abril.
Permuta terreno com outro do Serviço Social da Idustrial — SESI — visando a construção de um conjunto Assistencial e Educacional. 195
— Lei nº 1.804, de 2 de maio.
Doa terreno ao Estado para construção do Colégio Técnico Industrial e do Ginásio Industrial "Dr. Philadelpho Gouveia Neto" de S. J. do Rio Preto. 196
— Lei nº 1.813, de 31 de maio.
Doa terreno ao Estado no Jardim Alto Rio Preto, para construção de prédio escolar. 197
— Lei nº 1.818, de 24 de junho.
Cria o Conselho Municipal de Ensino de São José do Rio Preto. 198
— Lei nº 1.824, de 2 de julho.
Declara de utilidade pública o DATI, Diretório Acadêmico Tiradentes, da Faculdade Riopretense de Filosofia. 199

1974 — Lei nº 1.837, de 20 de setembro.
Abre crédito adicional de Cr$ 20.000,00, contribuição ao MOBRAL. 200
— Lei nº 1.839, de 20 de setembro.
Abre crédito adicional de Cr$ 80.000,00 afim de ocorrer às despesas com a instalação e manutenção do Ensino Supletivo Municipal de primeiro grau. 201
— Lei nº 1.856, de 16 de dezembro.
Lei orçamentária para o exercício financeiro de 1975 Fixa a Receita e orça a Despesa em Cr$ 63.104.846,92.

Destina Cr$ 7.951.300,00 às despesas com Educação e Cultura.

— Lei nº 1.857, de 16 de dezembro. 202

Dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos, relativo ao Triênio 1975 a 1977, nos termos do art. 23, da Lei nº 4.320, de 17-3-1964 e Ato Complementar nº 43 ,de 29-1-1969.

ano	Programas com Educação e Cultura.	Total de Aplicação de Capital
1975	Cr$ 1.974.500,00	Cr$ 24.803.446,00
1976	Cr$ 2.940.000,00	Cr$ 28.525.131,58
1977	Cr$ 4.000.000,00	Cr$ 35.591.000,00
TOTAL	Cr$ 8.914.500,00	Cr$ 85.656.577,58

— Lei nº 1.864, de dezembro. 203

Autoriza a Prefeitura a firmar convênio com a Secretaria do Estado dos Negócios da Educação de São Paulo, visando a intensificação do programa de assistência dentária aos escolares da zona rural do município de São José do Rio Preto. 204